

O prazer como um bem: breves explicações sobre o *De voluptate* de Lorenzo Vala

*ANA LETÍCIA ADAMI

O estoicismo foi das correntes filosóficas de maior peso para as questões da vida prática e civil no contexto das repúblicas italianas do *quattrocento*. Seu reflorescimento neste período é marcado não apenas pela circulação de novas traduções de textos de Cícero e Sêneca, mas pela proeminência de defensores da corrente, como o chanceler de Florença Leonardo Bruni, que incorporava na ação e discurso suas principais teses. Uma geração mais tarde, como ex-aluno de Bruni nos *studia humanitatis* (por oposição aos *studia generale*, marcados pela primazia do estudo e ensino da Dialética segundo a tradição aristotélica), Lorenzo Vala se mostrará como um perturbador antagonista dessa efervescência do estoicismo. Sem abdicar do legado aprendido com o ex-professor e outros humanistas, tecerá um volume que, embora seja o seu primeiro (ao menos o primeiro que chegou até nós, mas o segundo pelo que se sabe), nele ele desenhará a trama basilar do seu pensamento que se manterá nas demais obras. A partir da discussão sobre a disjuntiva entre prazer e ciência, no *De voluptate* Vala combaterá não apenas a atitude literária seca e áspera, fruto da ingerência estoíca, como também a supremacia da Dialética na Faculdade de Artes (ou Filosofia) – uma das tríades das disciplinas do *trivium* junto a Gramática e a Retórica.

Antes de entrar propriamente na questão que me propus no *De voluptate*, gostaria de começar por enumerar alguns rótulos que em geral acompanham o autor. Faço isso por acreditar que essa tendência a rotular, estendida, aliás, a muitos outros humanistas, tem sido em grande parte responsável pelo seu longo retiro na fila de espera de interesses do mundo acadêmico (sem mensurar as diferenças proporcionais conformes à área e o lugar).

A primeira e mais conhecida etiqueta a ele imputada é a de “o pai da história moderna”, ou para melhor elucidar, o exemplo cabal do filólogo que empenha a espada de sua arte a fins bem práticos: contestar formalmente a pretensão jurídica da doação de Constantino à Igreja. Segundo: o de ter sido o primeiro a revestir com uma forma original o conteúdo do dogma do livre-arbítrio e da providência divina sem, no entanto, os colocar em perigo. E por último, o responsável pela tentativa frustrada de renovar o modelo filosófico hedonista numa espécie de “epicurismo-cristão”. A ordem de exposição que segui não foi, obviamente, a

*Mestre em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

ordem cronológica de publicação das obras do autor, mas uma ordem que acredito que reflita aproximadamente o grau decrescente de reconhecimento dos rótulos e as obras às quais se remetem, a saber: *A doação de Constantino*, *Sobre o livre-arbítrio (De libero arbitrio)* e *Sobre o prazer (De voluptate)*

Os dois primeiros rótulos que apresentei foram extraídos do brilhante livro de Cassirer, *Indivíduo e cosmos na Filosofia do Renascimento*, mas os mesmos podem também ser encontrados, uns mais, outros menos, em inúmeros outros autores que se ocuparam do tema. Não pretendo com isso meramente supor que eles estejam errados, ou mesmo julgar o quanto da “essência” do autor eles podem verdadeiramente exprimir, mas apontar para o cuidado que se deve ter com eles: do quanto podem ser redutores e, na pior das hipóteses, acabar, não por despertar a curiosidade intelectual, mas por suprimi-la; dando por completa a recensão crítica de suas obras. O que estou sugerindo é que a leitura de textos como esse, em geral nosso ponto de partida, ou de entrada, no universo da cultura renascentista italiana, que se difundiu para o mundo, não pode se subtrair à tarefa de leitura dos textos originais dos humanistas.

No *De voluptate*, de 1431 (data da primeira publicação), Vala constrói um diálogo em que se encontram oito personagens, sem contar o próprio autor, que figuravam nos círculos humanistas de seu tempo, seja em Florença, Pavia ou Roma (difícil precisar, pois os humanistas estavam sempre se movendo), e que personificam, cada um, uma área de utilidade dos estudos humanísticos. Para falar de alguns, encontramos entre eles: homens da nobreza ilustrada, como Antonio Bossio, aluno de Vala; homens cuja vida era dedicada à Igreja e ao estudo da teologia, como o vigário Antonio Bernerio e o monge franciscano Antonio Raudense, também professor de retórica; o médico Giovanni Marco; e, aqueles que se dedicavam quase que exclusivamente às artes oratórias, como os juristas Catão Saco e Guarino Veronese, e o poeta Maffeo Vegio. Dentre eles, Vala seleciona dois para disputarem uma controvérsia acerca da vida humana e os meios de alcançar a felicidade. Ele convida um estóico e um epicurista para este debate.

A disputa é iniciada com os lamentos do “príncipe” estóico na narrativa, Catão Saco - faço uso da palavra “príncipe” aqui não em sentido denotativo, ou seja, no sentido da função

civil de um “príncipe”, mas em sentido figurado, me referindo àquele que mais e melhor condensou em si as características de um estóico. Os lamentos deste estóico se devem à impiedade da Natureza, que nos castiga com tão grande quantidade de vícios, maiores em número do que as virtudes para vencê-los, fazendo com que nos sintamos, como soldados atacados simultaneamente pelos dois flancos, desprovidos de defesas. Sem contar a impiedade própria à natureza humana, amante, na maioria das vezes, desses vícios. Como ser feliz diante de espetáculo terreno tão miserável? Na assistência desse dilema, o estóico não se omite: não ousa permanecer no repouso do ócio. Assim, Catão propõe aos amigos que se encontravam em um momento de lazer, sob o Pórtico de São Gregório em Roma, para discutir um assunto da maior utilidade: acerca da honestidade e do bem. O estóico, investido de quanta abundância e solenidade o estudo da retórica podem lhe conferir, emprega toda sua arte e indústria para resolução, ou, talvez, consolação, das maiores aflições humanas. Sem desmerecer o conhecimento e o exemplo dos antigos - gregos e latinos – e sem abdicar jamais de sua fé, embrenha-se, em nome da razão - sua porção mais divina - na especulação filosófica. Desde fins da Antiguidade, houve muitos filósofos cristãos que contribuíram para consolidar o longo matrimônio do estoicismo e a teologia cristã. Falo, por ex., de Boécio, o influente teólogo romano de quem Vala nutria manifestas discordâncias.

A personificação do estóico de Vala no diálogo é um tipo de temperamento austero, cujo orgulho, revestido de falsa modéstia, é desvelado pelo emprego de um estilo áspero e empolado, só tolerado graças à honestidade reconhecida do orador. Estilo retórico que, aliás, Vala aprendeu a imitar, em parte, pelo ensino da escolástica tradicional, em parte, pelos estudos humanísticos (os *studia humanitatis*), lecionados, por ex., pelo chanceler de Florença, Leonardo Bruni. O magistrado italiano, amante de Cícero, apreciava profundamente a escola filosófica com a qual o orador romano tinha grande afinidade: o estoicismo. É certo, como afirma Kristeller no *Il pensiero e le arti nel rinascimento*, que o estoicismo, familiar desde a Idade Média, através principalmente de Cícero e Sêneca, ocupou no século XV um lugar florescente, coroado posteriormente com as publicações de Justus Lipsius e Guillaume Du Vair, na segunda metade do século XVI (KRISTELLER, 98:39).

Pode-se atribuir seu sucesso ao fato de que o estóico, ao depositar toda sua confiança na razão humana - benefício que, não apenas por distinguir o homem dos animais, mas por

afastá-lo da bestialidade e conduzir-lhe à criação de leis e de todo o tipo de conveniência que o emprego da arte e da indústria podem lhe ofertar – impele este homem, em nome de faculdades tão nobres, ao cultivo da razão e ao exercício da vontade. Considera que o homem, com uma mãe natureza mais severa do que em relação aos outros animais, nada adquire sem labor e diligência. Ele ambiciona, pelo uso e pela prática, lapidar seus defeitos - os da mente e do corpo. Acredita que o grande fim de toda indústria humana é alcançar a felicidade, e por isso, cabe-lhe conceder a cada arte particular o seu justo valor em quinhão. E depois, então, de ter estudado e fixado com cautela, toda a ordem das condutas e ocupações, poderá dizer ter encontrado aí a verdadeira felicidade. Assim, os que se destacam acima de toda arte subalterna são como o artesão-mestre que, pondo juntas todas essas partes, as governam harmonicamente como as engrenagens de uma máquina. Para esta função, concorrem duas figuras: a do filósofo, que vê no cultivo da razão pelo ensino da escolástica o melhor caminho para alcançar o grande templo da sabedoria; e a do orador público, herdeiro dos passos de Cícero, crítico da indiferença dos filósofos, que não descarta um segundo da causa das afecções sociais. A honestidade e as virtudes (essa separação entre *virtus* e *honestas* é de Vala) são seus materiais: a justiça, a prudência, a magnanimidade, a fortaleza, a temperança e a constância (cf. Cícero, no *De officiis*). Reforçando os ideais da vida ativa em detrimento da especulativa, o estoicismo é como uma túnica púrpura que veste bem ao magistrado que faz do seu dever civil uma arte, para mover paixões e convencer multidões.

Ora, Vala jamais quis ser este homem. Embora tenha servido na corte real - a de Afonso I de Nápoles -, como muitos humanistas, jamais foi este o seu desejo e fim, mas o de guarir a Cúria Pontifícia; posto que, lamentavelmente, para ele, só a muito custo, no fim da vida, chegou a ocupar. Sua busca de reforma é mais profunda; no sentido de descer às raízes que engendram o próprio ato do pensar. Não visa diretamente uma pragmática política; embora tenha clareza do poder de alcance de suas ideias. Uma delas, e talvez a principal, que permeia em alguma medida todas as suas obras, está contida aqui, no *De voluptate*: a tese do prazer como um bem.

O epicurismo, então renegado pela teologia cristã como a escola dos mal intencionados, dos desonestos, dos libertinos e dos preguiçosos, reaparece no debate de Vala como autêntico argumento crítico, e não vexatório. Ao invés disso, é Catão, nosso “príncipe”

estoico que será motivo de deboche. É com gargalhadas que Maffeo Vegio, o “príncipe” epicurista, depois de ouvir falar o estóico, se dirige aos doutos reunidos. Suas risadas expressam, além do desprezo pelas ideias do antagonista, o temperamento de um debatedor vivaz e licencioso, que emprega um discurso igualmente licencioso, e mais frouxo (quer dizer, menos solene e mais coloquial). Na retórica de Vala, existe um artifício bem claro: o discurso deve se conformar à honra e à dignidade do conteúdo. Afinal, diz ele: “o que é menos apropriado do que expressar assuntos sublimes apressadamente e grandes assuntos com humildade?” (ADAMI, 2010: 204). Essa proposta tem também outra razão, que ele deixa ainda mais evidente: todo o saber, que se expressa e se produz por meio da linguagem, tem por Rainha, a Eloquência. “A Filosofia – diz ele - não passa de um soldado ou tribuno sob suas ordens” (ADAMI, 2010: 81). Esta rainha, governante de todas as artes, abarca três tipos de discursos (ADAMI, 2010: 197): dois com o fim de ensinar e comover - tipo que se adequa aos dois debatedores do diálogo, o estóico e o epicurista - e um terceiro, cujo fim é o deleite – caso empregado pelo juiz final do diálogo, o franciscano Antonio Raudense, de quem Vala afirma ser “comparável ao famoso Isócrates no ensino da arte da Oratória” - sobre ele e seu discurso, falarei mais tarde. Essa divisão do discurso segundo dois fins – a utilidade da instrução persuasiva e o prazer (o mesmo que deleite) - foi por Vala extraída da *Arte Poética* de Horácio, do mesmo excerto onde ele nos diz: “Tem todos os votos quem misturou o útil ao agradável, deleitando e, ao mesmo tempo, instruindo o leitor” (HORÁCIO, 94: 340). Vala encontrou nele um aliado preciso. O prazer e a utilidade, sem dever nada a aquilo que é honesto, quando postos juntos, se harmonizam numa composição perfeita. Como ótimo erudito e estrategista, Vala recorre às fontes exatas de onde tomar emprestado seus argumentos. E quando o empréstimo não é evidente ou ele outorga a si certas adequações, se adianta, e corretamente nos diz: “Ora, é lícito pegar argumentos para a nossa própria tese de qualquer lugar que nos agrade!” (ADAMI, 2010:81).

Com isso, quero chamar a atenção para o quanto Vala mantém sempre no seu horizonte a coerência. Nada lhe escapa: a escolha do cenário; das personagens, cujos nomes são associados a tal fama e ocupação; a forma e estilo pregados em cada fala; a ordenação das ideias e argumentos internos de cada discurso particular, e deles entre si na ordem do todo da narrativa; enfim, tudo isso faz de sua obra de uma arquitetura impressionante. Submete-se, de

boa vontade, às exigências que a aprendizagem da Eloquência pode proporcionar, convencido de se tratar de *algo bom*, isto é, um bem. O belo é bom, e, como nos agrada, gera prazer e é, por isso, um bem.

O prazer visto dessa maneira, como um bem, ou o verdadeiro bem, é a tese epicurista rechaçada pelos estóicos que Vala recupera. Cito Gèrard Lebrun que, ao simular um estóico atordoado perante a designação dos adversários, no ensaio *a Neutralização do prazer*, nos diz: “Como é que se podia, com a maior naturalidade do mundo, conciliar prazer e virtudes morais sob a mesma rubrica de ‘Bem’?” (LEBRUN, 2006: 470). O problema do estóico não está em coibir os prazeres sensíveis, que ele chama de inclinações (como fugir da fome, do frio, da sede, que nos levam a ter boa saúde); mas em identificar nessas coisas o bem supremo, encontrado, segundo eles, somente naquilo que é o *honesto*. É absurdo, desta maneira, considerar que o prazer, como a honestidade, seja um bem em si.

Esse axioma, como afirma Lebrun, para nós modernos, já não vale mais. O estoicismo venceu a batalha. E sua vitória é atribuída graças a uma confusão linguística: “de uma sensação de prazer que experimento, digo que ela é *agradável*, não *boa*” (LEBRUN, 2006: 453). Parece que Vala, o excelente gramático, também percebeu, muito antes, esta mesma confusão, e tentou corrigi-la. Primeiro, tratou de repor o que já havia sido dado, ou seja, tomar o prazer como um *substantivo*, como *substância*. Neste caso, dizer que o “prazer é um bem”, do ponto de vista gramatical, é o mesmo que dizer: “Jesus é amor”. Isto equivale a dizer que “Jesus é *algo*”. Esse “algo” corresponde ao “amor”. Assim, voltando à oração anterior, em que se afirma que o “prazer é um bem”, devo entender que “o prazer é algo”; esse “algo” corresponde ao “bem” - Vala diria, ainda “ao verdadeiro bem”. Ou seja, não se está falando de uma *qualidade*, mas da *substância* do ser. A mesma posição coincide em Epicuro, mas também em Aristóteles e Platão, como bem nos elucida o texto de Lebrun referido anteriormente. Já para a *honestidade*, Vala reserva o lugar de adjetivo, sintagma que qualifica o ser. Portanto, a respeito de *algo* e de sua honestidade, apenas posso dizer se ele é *honesto* ou *desonesto*. “A honestidade” em si - diz Vala - “não é nada” (ADAMI, 2010: 200). Daí, sobre o prazer, sendo ele um substantivo, isto é, dotado de substância, é possível dizer se ele é *honesto* ou *desonesto*.

Porém, antes de seguir, é preciso acrescentar que o prazer dito um *bem* só vale para o *verdadeiro*. Será falso, ou vergonhoso – como seria dito pelos “estóicos mais rabugentos” –, ou ainda, “estúpido” – segundo sugere Lebrun (LEBRUN, 2006: 471) –, quando a ele se misturar alguma dor – só mais tarde, no século XVIII, com a teoria sobre o sublime de Edmund Burke, que a eles será permitido misturar-se, mantendo-se a rubrica de bem. Se o prazer é o bem em si, a dor é o mal. Aqueles que procuram conforto para um estado de dor extrema no corpo ou na alma, não erram em dizer serem tais gozos prazeres, mas podem errar ao colocá-los entre os *verdadeiros* bens. A questão que permeia, portanto, a definição do prazer como um bem *em si*, afirma Lebrun, está em distinguir “o agradável aparente do agradável falso” (LEBRUN, 2006: 455). A triagem de prazeres que Platão opera no *Filebo* tem o intuito de decidir quais prazeres podem figurar junto ao bem supremo (a *eudaimonía*). Não exatamente assim procederá Vala, apesar de coincidir na preocupação. Todos os prazeres podem figurar no paraíso. No caso de Vala, bastou um componente para a resolução do impasse platônico: a fé cristã. Se só aos bons, os honestos, é concedido entrar no Reino de Deus, lá saberão experimentar da mesma forma que gozaram em vida, dos mesmos, e ainda maiores e melhores, prazeres antes encontrados. Um homem bom, não se regozija na dor alheia; daí que ao sádico jamais será concedido atravessar as portas do céu. Platão não vira isso; e nem poderia, pois que não conhecera a misericórdia de Cristo.

Isto dito, me pergunto por onde andaré aquela tese que comumente afirma de Vala ser o criador de uma espécie de epicurismo-cristão, como se ele fizesse de Epicuro o seu único mestre. Não concorre também para esse posto Platão? Nesse ponto da discussão, Vala, em mais uma demonstração de aguda consciência de suas escolhas, apela aos verdadeiros mestres da doutrina cristã, os Pais da Igreja, para que fique bem claro que é unicamente à fé cristã, e a nenhum filósofo antigo, que ele recorre. O fechamento do diálogo, pois, fica a cargo do homem que, por consenso, sustenta a adequada dignidade, o temor às coisas divinas e o engenho reconhecido no uso dos recursos oratórios para emitir um discurso que deleite aos ouvidos e instrua a alma. Este homem é o monge franciscano Antonio Raudense. É importante lembrar que é sempre a mesma mão, a de Vala, que escreve, e mesmo se Raudense chegue a decidir a favor dos epicuristas, está se referindo à lição precisa do debate: se é ou

não o prazer um bem, ou a honestidade. É a esse respeito que Vala anuncia o ganho de causa ao partido epicurista. Mas isto não o torna um.

Por isso, acredito que se deva ter cuidado quando lemos em Cassirer que Vala não combateu, “em nenhuma passagem, diretamente o dogma”, não inovando em nada no conteúdo, mas apenas na forma, chegando ao ponto de, ao final, submeter-se, “num misto de *ironia e credence* à ‘Mãe Igreja’, exatamente como fez um dia diante do Tribunal da Santa Inquisição” (CASSIRER, 2001: 131). Acredito que fosse isto mesmo o que o Tribunal queria que seus fiéis concluíssem. Primeiro, julgar como “*credence*” a suposta falta de firmeza de Vala diante da Santa Inquisição não me parece adequado visto que, mesmo antes de insidiosa convocação, ele nunca renegou sua fé; e segundo, partir da premissa de que a forma se sujeita ao conteúdo, me parece desmerecer a força da figura ironia, bem como desfazer a crítica de Vala à escolástica, repondo assim a primazia desta na condução dos assuntos filosóficos e teológicos.

Toda forma de saber, a ciência, só pode ser dita um bem enquanto nos cause algum prazer: sua utilidade última é posta no sentido dos efeitos de seus resultados, não apenas pelas conveniências úteis que produz. Se o saber é só áspero, só rude e dele não fruamos nenhum prazer, então não pode ser considerado um autêntico bem. Era o caso da Dialética (ou dita Lógica, ou Filosofia), que se sobrelevava no ensino da Faculdade de Artes às disciplinas da Eloquência (a Gramática e a Retórica). Vala entende que a perfeita harmonia entre a Eloquência e a Dialética - ou seja, prazer e ciência (doutrina) - só é possível quando a segunda se submete ao governo da primeira.

Nesse sentido, podemos contextualizar a escrita posterior da *Dialética* e da *Elegância da Língua Latina*, ambas de 1440, como uma tentativa do autor em firmar seus princípios: a conjunção entre prazer e doutrina. Assim, é através da Poesia que ele encontra a justa libação do novo casamento. Pela boca do beato Raudense, tece uma espécie de elegia do paraíso: uma copiosa descrição das recompensas destinadas àqueles que confiam sua salvação em Cristo, ao mesmo tempo em que se deleitam e se saúdam com vinho em um esplendoroso banquete preparado no jardim epicurista do poeta Maffeo Vegio.

Referências bibliográficas para as citações:

ADAMI, Ana Letícia. **O *De voluptate* de Lorenzo Valla: tradução e notas**, 2010. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CASSIRER, Ernst. **Indivíduo e cosmos na filosofia do Renascimento**, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HORÁCIO. **A Arte Poética**. Tradução: Dante Tringali, São Paulo: Musa, 1993.

KRISTELLER, Paul Oskar. **Il pensiero e le arti nel rinascimento**, Roma: Donzelli, 1998.

LEBRUN, Gèrard. A neutralização do prazer. In: MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de (Org). **A filosofia e sua história**, São Paulo: Cosac Naif, 2006.